



**NOTAS DA INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR JOSÉ DUARTE DE JESUS NO  
QUADRO DO ALMOÇO-CONFERÊNCIA “RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS  
PORTUGAL-CHINA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO”**

**Associação Amigos da Nova Rota da Seda (ANRS)  
Restaurante Círculo Eça de Queiroz  
21 de julho de 2022**



Duarte de Jesus iniciou a palestra sublinhando que, em história e relações internacionais, raramente é possível explicar o presente sem entender o passado recente ou por vezes mesmo o mais antigo.

Referiu que as relações entre Portugal e a China têm características únicas entre os países europeus. Lembrou que Portugal foi o primeiro país europeu a enviar um embaixador ao Império do Meio, Tomé Pires, em 1516.

É certo que teve alguns problemas, não chegou a avistar-se com o Imperador, mas não obstante essas circunstâncias, mais dois embaixadores se lhe seguiram, Manuel de Saldanha e Pereira de Faria, na segunda metade do sec. XVI.

No sec. XVIII tivemos a famosa embaixada de António de Magalhães e a histórica embaixada de Kang Xi a D. João V, em 1721-1725.

Referiu em seguida que o primeiro embaixador inglês a ir a Pequim, foi o famoso Lord Macarthy, mas somente no fim do sec. XVIII, em 1792.

Disse que somente no século XIX começou a haver embaixadores (ou melhor Ministros, pois as representações eram Legações) residentes.

A Inglaterra que, como no caso de Portugal, eram os Governadores de Hong Kong que iam a Pequim como Representantes diplomáticos, passou a ter um diplomata residente a seguir à guerra do ópio.

A França, só enviou o seu primeiro embaixador, em 1840.

Observou que Portugal e a China, durante os vários séculos de relações, sempre mantiveram, nalgumas áreas, uma certa ambiguidade, ambiguidade essa que salvou em múltiplas ocasiões, possíveis situações de confronto. Habilidades diplomáticas de ambos os lados.

Assim, durante muitos anos Portugal enviava o Governador de Macau, que era também Governador de Timor, como nosso embaixador a Pequim. Não



esquecendo que Macau nunca foi um território português, somente era administrado por Portugal, talvez a China o considerasse como um enviado de um Estado Tributário e Portugal o considerasse como um embaixador normal.

Duarte de Jesus acrescentou: Uma cerimónia, duas interpretações?

Convém não esquecer que Macau oferecia regularmente uma oferenda ao Imperador, que podíamos considerar como um tributo.

Só em 1862 é que o Governador de Macau, de nome Visconde da Praia Grande, foi a Pequim inequivocamente como nosso Ministro Plenipotenciário, pois ia munido de Cartas Credenciais. Referiu que esse Ministro Plenipotenciário era acreditado igualmente no Japão e no Sião.

Razões de ordem financeira fizeram que Portugal tenha demorado tempo a abrir uma Legação em Pequim, o que só veio a acontecer em 1902.

Sublinhou que não podíamos esquecer que só em 1860 a China criou um Ministério dos Negócios Estrangeiros, o *Zongli Yamen*, no sentido moderno da palavra, o que significava o fim do sinocentrismo e a admissão pelo Império Chinês da existência dum mundo multipolar.

O primeiro “embaixador” de Portugal residente em Pequim foi José Azevedo Castelo Branco, que era igualmente acreditado no Sião, mas já não em Tóquio, como os Governadores anteriores.

Tivemos uma sucessão de Representantes Diplomáticos permanentes até ao último, que foi o célebre Manuel Ferreira da Fonseca.

Ainda tivemos um Encarregado de Negócios por menos de um ano e a Legação encerrou em 1954.

Acrescentou que, com Manuel Ferreira da Fonseca, assistimos a um episódio muito importante nas nossas relações com a China, durante o Estado Novo, em que a diplomacia portuguesa defendia as relações diplomáticas com a nova República Popular da China, contra a vontade de Salazar, e que passou a relatar:

A 1 de outubro de 1949, Zhou En Lai envia uma Nota Verbal, dirigida ao nosso Representante diplomático, Ferreira da Fonseca, na qual afirma que



a nova China quer manter as relações diplomáticas existentes e alargá-las a todos os países do mundo.

Ferreira da Fonseca responde e na sua resposta deixa implícito, mas com muita clareza, que será essa a intenção de Portugal e que vai transmitir a mensagem de Zhou En Lai a Lisboa.

Dado que a reação de Salazar foi negativa e manda encerrar a nossa Legação, Ferreira da Fonseca não cumpre essas instruções e informa Pequim que foi chamado a Lisboa para consultas.

Entretanto envia um célebre e longo ofício, de 12 páginas, às Necessidades (que o orador disse ir transmitir cópia para conhecimento do público e que o leitor poderá encontrar em anexo).

Nesse ofício, Ferreira da Fonseca tece as seguintes opiniões:

- 1 – Portugal deveria ser o primeiro ou um dos primeiros países a reconhecer o novo Governo da China e estabelecer relações diplomáticas com ele;
- 2 – Deveria manter um claro repúdio por toda a cumplicidade com as forças nacionalistas;
- 3 – Deveria colocar o problema de Macau numa área política e diplomática, pois antevia que houvesse mais cedo ou mais tarde uma reunificação desses territórios na China continental.

Duarte de Jesus sublinhou a notável antevisão desta análise da parte de Ferreira da Fonseca.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros na altura era Paulo Cunha.

Entramos, assim, no período do Estado Novo em que as relações com a China passaram por episódios interessantes.

A partir de 1961 até 1969 temos um novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira.

O conferencista abriu um parêntese para referir a sua opinião pessoal sobre a personalidade de Franco Nogueira e procurou desmontar a fama que alguma opinião pública por vezes lhe atribui, nomeadamente de ser um



homem de extrema-direita na panóplia dos membros dos governos de Salazar.

Referiu mesmo um episódio pessoal, em que deveu a Franco Nogueira ser informado de que pessoas do Ministério nutriam uma opinião negativa a seu respeito e que a PIDE o poderia prender.

Tudo isto devido a uma informação que enviou a Lisboa sobre uma conversa que tivera, quando em posto em Bonn, com Eduardo Mondlane.

Franco Nogueira garantiu-lhe que, enquanto fosse Ministro, ele continuaria a ter um Passaporte Diplomático e que pedisse uma Licença Ilimitada e deixasse o país nos 3 dias seguintes.

Esteve 9 anos fora da carreira, a que regressou depois do 25 de abril, a convite do então Secretário-Geral, Tomás de Mello Bryner Andresen.

Duarte de Jesus lembrou em seguida o facto da mulher de Franco Nogueira ser filha de um pai chinês.

Franco Nogueira, enquanto Ministro, sempre defendeu as opiniões de Ferreira da Fonseca quanto às relações com a China.

Referiu igualmente que conheceu bem a mulher de Franco Nogueira, já viúva, com quem teve longas conversas sobre o seu marido e as várias circunstâncias políticas por que passou e, para finalizar este capítulo, aludiu ao chamado “*Memorial Secreto*” que Franco Nogueira teria entregado aos militares no pós 25 de abril, em que sublinhou a importância da manutenção da independência de Portugal face aos Estados Unidos, na sua política externa.

Para sublinhar o papel de Franco Nogueira relativamente às nossas relações – mesmo que não oficiais – com a China, referiu os contactos que promoveu através de Ho Yin, com Zhou En Lai, durante a crise que levou à ocupação de Goa pela União Indiana, em 1961.

Adiantou ainda que em 1963, quando os Estados Unidos queriam isolar a nova China, e em que na Europa reinava um sentimento antiamericano, especialmente com as posições que de Gaulle ia assumindo, Franco Nogueira, mais uma vez, através de Ho Yin e de Edgar Snow, promove um encontro secreto entre este e Zhou En Lai, no momento em visita oficial a



Accra, sobre possíveis relações diplomáticas com Portugal, dado o envolvimento do nosso país na guerra colonial.

Zhou En Lai reiterou a abertura da China .

Nesta altura, Salazar parece ter acabado por admitir esta estratégia e Jorge Jardim teria chegado a ser indigitado para uma futura embaixada em Pequim.

Franco Nogueira dá uma entrevista em Madrid, em janeiro de 1964, que ateou os rumores da imprensa nacional relativamente à China. Uma imprensa de extrema-direita não poupou Franco Nogueira ao dizer que ele estava a seguir *“uma política de alcova”*.

Curiosamente todo este evoluir parou repentinamente. Duarte de Jesus sublinhou não ter nunca encontrado um real motivo para isso, embora acredite que terá sido provavelmente alguma pressão da parte americana sobre Salazar no contexto da guerra colonial.

Seguiu-se então o novo período depois do 25 de abril. O III Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves, entre 30 de setembro de 1974 e março de 1975, decide abrir negociações com Pequim.

Então, em fevereiro de 1979, ultimam-se as negociações entre o amigo do nosso palestrante, Coimbra Martins, então embaixador em Paris e Han Kehua, por parte da China, e aí se concretiza a programação relativa à abertura das duas embaixadas.

Duarte de Jesus enfatizou o facto de já aí ter ficado consagrado que oportunamente se procederia à passagem amigável de Macau para a China.



Depois desta fase entrámos no período das longas negociações sobre o processo de transferência de Macau. Lembrou que se tratou de um exemplo de negociações internacionais de alta técnica diplomática, que foram referidas como tal, nos cursos sobre negociação da Universidade de Harvard.

O conferencista lembrou ainda as negociações secretas que, como embaixador em Pequim, manteve antes de cada ronda negocial, com Chen Zying, na altura vice-ministro do departamento de Hong Kong e Macau.

A partir dum “hand over” amigável, as nossas relações diplomáticas entraram numa nova fase a que Duarte de Jesus definiu como numa geoestratégia triangular - Portugal, Macau, China – triângulo esse que engloba os países da CPLP. Referiu a importância do Fórum Macau, das Universidades, etc. nesta nova geoestratégia diplomática alargada.

Para finalizar, sublinhou que a partir desta nova fase, o diálogo político se tem mantido ao mais alto nível e aludiu, entre outras, à visita de Wen Jiabao a Lisboa em 2005, do antigo primeiro-ministro José Sócrates a Pequim em 2007, de Hu Jintao a Lisboa em 2010, de António Costa a Pequim em 2016 e mais recentemente à de Xi Jinping a Lisboa em 2018.

Duarte de Jesus disse ainda não querer deixar de referir a rede formal e jurídica em que assentam as nossas relações e apontou, como exemplos, o Acordo sobre Dupla Tributação de 1998, o Acordo de Cooperação Económica de 2005, aquele que no seu entender achava ter sido dos mais importantes, o de Parceria Estratégica, assinado por Sócrates, durante a sua visita a Pequim em 2007, além de múltiplos Acordos assinados durante a visita de António Costa a Pequim e os 17 Acordos assinados durante a última visita de Xi Jinping a Lisboa em 2018.



À guisa de conclusão, Duarte de Jesus disse que face a este panorama e convicto de que Portugal não se deixará envolver na diabolização da China promovida pelos Estados Unidos, por razões meramente económicas e tecnológicas, e face ao nosso papel na União Europeia de fomentar o diálogo em vez do confronto, sem esquecer as nossas relações no setor empresarial, se declarava otimista relativamente ao futuro das nossas tradicionais relações amigáveis com a China.

Terminou acrescentando que esse facto só pode contribuir para um clima de paz mundial.